

Reconhecendo as raízes, valorizando a identidade: a cultura afro-americana em sala de aula
(Recognizing the roots, valuing the identity: African culture in school)

Gleyce Lenice de Souza¹; José Pedro Toniosso²

¹Graduação – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro SP
gleyce_souza16@yahoo.com.br

²Centro Universitário UNIFAFIBE - Bebedouro SP
jptoniosso@gmail.com

Abstract. *The contribution of black in the formation of Brazilian society is undeniable, but not always valued, being restricted to the secular issue of slavery. After the abolition, became a citizen of "second class" and had to organize in movements to win his place. Over time, he realized that education would be a means to overcome inequality, but the elitist education hindered their presence at school. In recent decades several laws were created in order to put downward African in the educational system, especially the Law 10.639/03. However, application of the same law in the classroom as a means of valuing African culture, will result in a time when the school is ready to welcome diversity.*

Keywords. *African culture; black movement; African-Brazilian culture; education.*

Resumo. *A contribuição do negro no processo de formação da sociedade brasileira é inegável, mas nem sempre valorizada, ficando restrita à secular questão da escravidão. Após a abolição tornou-se um cidadão de "segunda classe" e teve que se organizar em movimentos para conquistar seu lugar. Com o tempo, percebeu que a educação seria um meio para superar a desigualdade, mas o ensino elitista dificultava sua presença no espaço escolar. Nas últimas décadas várias leis foram criadas com o objetivo de inserir o afro descendente no sistema educacional, com destaque à Lei nº 10.639/03. Porém, a aplicação da citada lei em sala de aula como instrumento de valorização da cultura afro, terá resultados no momento em que a escola estiver preparada para receber a diversidade.*

Palavras-chave. *cultura africana; movimento negro; cultura afro-brasileira; educação.*

1. Introdução

Este artigo aborda o processo que o negro passou desde o início da colonização, a partir do século XV, até os dias atuais, com ênfase na aprovação e implementação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro brasileira nos currículos escolares nacionais. A situação do negro no Brasil é analisada sob uma perspectiva histórica, desde as primeiras décadas da colonização no século XV, processo em que, na condição de escravo, era visto e tratado como um ser inferior, embora fosse uma mercadoria de alto valor financeiro. Torturados e castigados por seus senhores, a difícil realidade fez com que buscassem alternativas, como a criação dos quilombos, espaços que se configuravam como locais de resgate da cultura africana, tendo no Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, o principal exemplo de resistência à escravidão.

Somente na segunda metade do século XIX a campanha abolicionista ganharia força, buscando eliminar uma das principais marcas do passado colonial que insistia em se manter mesmo após a emancipação diante de Portugal. A assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, não se reverteu em efeitos práticos imediatos, pois se os escravos pensaram que com o ato estariam livres, logo perceberam que não havia espaço para eles na sociedade que se modernizava e não os considerava como trabalhador digno e habilidoso.

No que concerne à inserção do negro no sistema educacional, percebe-se uma vinculação com os movimentos, jornais e outros meios por eles criados, com o objetivo de valorizarem sua cultura, cultivarem seus hábitos e costumes. A escola brasileira, tradicionalmente tida com elitista, passou por um crescente processo de democratização nas últimas décadas do século XX, mesmo período em que o movimento negro retomou sua luta em prol do reconhecimento de seus direitos.

2. A situação do negro no Brasil: uma questão histórica

No processo de colonização do Brasil a partir do século XV, a presença do africano foi fundamental, pois era a base de todo o sistema econômico implantado pelos portugueses, que tinha como finalidade o lucro. Inicialmente os colonizadores contaram com a mão-de-obra indígena, porém, conforme os portugueses consolidaram o domínio sobre a costa africana, o tráfico de escravos ampliou-se, pois era uma atividade altamente lucrativa, fazendo com que os negros fossem vistos como uma mercadoria de grande valor.

O porto de origem do escravo, não definia sua etnia, sua captura acontecia distante do local onde mais tarde eles embarcariam e os senhores possuíam interesse em ter mão-de-obra cativa de origens diferentes, pois traziam consigo uma diversificação de hábitos, uma variedade de línguas, religiões diferentes; tornando mais difícil qualquer organização de revolta que pudessem realizar (PINSKY, 1986, p. 25).

O transporte dos cativos era realizado por meio do navio negreiro, em uma longa viagem que demorava cerca de quarenta a sessenta dias entre a costa africana até o Brasil. No período em que viajavam, havia falta de água e escassez de comida, os capturados passavam boa parte do dia em fila, amarrados pelos tornozelos nos porões dos navios; e para dormir uns apoiavam-se sobre os outros, por esse motivo, a taxa de mortalidade entre os negros era alta, pois se agravavam as doenças. Os cativos desembarcavam exaustos, por conta de tudo o que passaram durante a viagem, mas para o seu novo senhor, ele deveria ser apresentado em seu melhor estado físico e moral; pois se tratava de comércio. Eram sempre bem cuidados antes de serem vendidos, eram banhados e alimentados “abundantemente”, cuidavam das enfermidades e os cativos que estavam muito doentes eram vendidos como se estivessem em liquidação (MATTOSO, 1988, p.65-66).

Segundo Pinsky (1986, p.13) o negro até então sujeito à escravidão ficava nessa nova condição a partir do momento em que era vendido, tornava-se uma propriedade do senhor, transformava-se em um ser modificado, pois tinha suas vontades, mas não podia realizá-las.

No sistema escravista, de acordo com Pinsky (1986, p. 45), era permitido aos proprietários uma série de práticas de coação física para fazer com que o escravo “cumprisse a sua obrigação”. Após contínuas sessões de tortura, os escravos deveriam evitar qualquer tipo de rebeldia e seguir com seu trabalho.

O negro reprimido, sujeito a castigos, vivia em más condições de higiene dentro das senzalas, tinha uma má alimentação que era oferecida pelos senhores, possuía jornadas de trabalho que variavam de quinze a dezoito horas diárias iniciando de madrugada. Assim todos esses aspectos contribuíam para uma expectativa de vida menor dos escravos, pois viviam em condições inadequadas para a sobrevivência de um ser humano.

Os negros nunca demonstraram ser passivos, sempre responderam a violência e a dominação por meio de diferentes formas de resistência e de acordo com Valente (1994, p. 25) houve diversas atitudes que deixaram marcados seus protestos, como os suicídios, para mostrar que a vida pertencia a eles e não aos seus senhores, outros fugiam, outros ainda se acomodaram fingindo aceitar a vida que lhes era dada.

Como os cativos não eram considerados como humanos, seus documentos, seus registros tiveram pouca atenção para os portugueses, mas tinham o cuidado de não adquirir negros da mesma etnia e desmembrava-se as famílias para evitar assim as revoltas. (VALENTE, 1994, p.26).

Além das formas de resistência citadas anteriormente, destacamos também o surgimento dos quilombos, os quais de acordo com Mattoso (1988, p.158) eram o esconderijo do escravo fugido. Nesse local, os negros querem nada mais do que a paz, e com isso organizaram-se para sua defesa e para garantirem sua sobrevivência.

O Quilombo dos Palmares, o mais famoso, sofreu vários ataques de expedições organizadas para destruí-lo. Ao final de cem anos de guerra, em 1694, esse quilombo foi completamente arrasado, sendo massacrados todos os seus membros (VALENTE, 1994, p. 27).

A vida nos quilombos tentava resgatar a cultura, o modo como eles viviam na África, mas havia muitos escravos que já incorporaram os elementos da cultura branca, dando origem a novas expressões culturais, inclusive novos rituais religiosos.

Na visão de Santos (2006, p.32), em Palmares a figura de maior destaque foi Zumbi, nascido no quilombo em 1655 e sobrinho adotivo de Ganga Zumba, líder do local. Em um ataque a Palmares no ano de 1655, levaram-no ainda recém nascido, porém foi entregue a um padre como presente. O menino foi nomeado Francisco, ele apanhava, mas não lhe faltou alimento. Aos quinze anos Francisco fugiu, retornando no mesmo ano a Palmares, quando passou a se chamar Zumbi e construiu livremente sua família.

Enquanto guerreiro, Zumbi diferenciou-se dos muitos campeões de guerra, pois ao contrário da maioria, não combateu para conquistar territórios ou glórias, mas combatia em legítima defesa, sua, de seu povo e da sua comunidade. (SANTOS, 2006, p.42-43)

Afirma Santos (2006, p.54-55) que Zumbi na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, deixou Palmares com vida, tinha apenas 39 anos. Vencera dezenas de batalhas, mas em 20 de novembro de 1695, foi vítima de uma armadilha, uma traição de um de seus guerrilheiros e levou uma facada na barriga enquanto se preparava para um abraço.

No decorrer do tempo descendentes dos primeiros escravos intensificaram as fugas ou rebeliões, pois os negros queriam o fim do sistema escravocrata, o que levou parte dos senhores a considerar a possibilidade de abolição, embora isso se tornasse realidade somente no final do século XIX.

Segundo Valente (1994, p.28) os portugueses foram os primeiros a trazer o tráfico de negros para o Brasil e os últimos a aboli-lo no continente americano, anos após ter sido proibido pela Inglaterra.

Diversos tratados foram assinados no Brasil, no sentido de eliminar a escravidão, o primeiro foi no ano de 1810, que proibiu a ação dos navios negreiros fora das colônias de Portugal. Em 1850, foi sancionada a Lei de Extinção do Tráfico Negreiro no Brasil, denominada Lei Eusébio de Queiroz. Sendo assim, a abolição era só uma questão de tempo.

Na segunda metade do século XIX, os escravos começaram a ser libertados pelos senhores que estavam comprometidos com o abolicionismo ou que percebiam não haver condições de manter a mão-de-obra negra ante o quadro sócio-econômico que estava

surgindo. Cada vez fortalecia-se mais a ideia de libertar os escravos. A Lei do Ventre Livre (1871) (concedeu liberdade às crianças nascidas no país de mãe escrava) e a Lei dos Sexagenários (1885) (concebeu que os escravos com mais de 60 anos de idade ficariam livres, e os senhores não teriam obrigação nenhuma quanto aos libertos), podem ser entendidas como parte desse contexto (VALENTE, 1994, p.29).

Foi a partir de todas essas questões, que a princesa Isabel no dia 13 de maio do ano de 1888 assinou a Lei Áurea, a Lei nº 3.353 que declarou extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art.2º: Revogam-se as disposições em contrário [...] (BRASIL, 1888).

No entanto, há de se considerar que o ato da Abolição não foi exclusivamente uma ação de benevolência da princesa, pois foi conquistado por toda uma luta que sempre se fez presente entre os próprios escravos.

A partir da oficialização da Lei Áurea, de acordo com Valente (1994, p.31), os escravos que eram tidos como coisas, sobre as quais seus senhores tinham direito sobre sua vida e morte, começaram a ser expulsos das fazendas sem terem lugar para ir. Os centros comerciais e as cidades estavam cada vez mais desenvolvidos atraindo os negros libertos para lá, mas eles não estavam preparados para aquela realidade, pois estavam habituados ao trabalho rural e escravo.

Portanto, a liberdade dos negros teve como resultado imediato uma massificação de homens negros agora livres, que perambulavam pelas fazendas e pelas cidades a procura de emprego. A elite encontrava muitas idéias que justificavam a não incorporação do negro liberto nas novas relações de produção, como por exemplo, dizer que os negros tinham maus costumes e más qualidades.

Muitos brancos haviam lutado pelo fim da escravidão, outros, porém, acreditavam que a presença negra impediria o progresso do país, e por esse motivo a abolição fazia com que se substituíssem os negros pelos imigrantes europeus

preferencialmente, pois os que eram de origem asiática não eram bem vindos já que faziam parte de uma “raça” vista como inferior. (VALENTE, 1994, p.32)

Para Mattoso (1988, p.225) o “embranquecimento” era o único meio para que o homem negro esquecesse sua origem e conseguisse, portanto, uma ascensão social.

A nova condição de homem livre, não significou para o ex-escravo a conquista da igualdade, pois, esta dependeria da superação da mentalidade preconceituosa que foi mantida no país.

Logo após a abolição os negros perceberam o quanto continuou desfavorável a sua condição social, o que levou à organização de movimentos que levassem a uma melhoria.

Conforme Valente (1994, p.62) após a abolição da escravatura, os negros foram lançados a uma situação de miséria, eles então procuravam se organizar para que pudessem conquistar um lugar dentro da sociedade, que os discriminava. Surgiram, portanto várias associações para combater as discriminações e os preconceitos raciais.

Percebemos em nossa sociedade atual que a maioria dos negros continuam pobres, mas também é verdade que existem brancos nas mesmas condições, ainda assim, a classe social que possui uma melhor qualidade de vida é constituída por cidadãos brancos. Encontramos negros “ricos”, mas isso é uma exceção em nosso contexto social.

Deparamo-nos com uma ideia vendida a todos, inclusive aos negros, sobre a democracia racial, esta por sua vez tapa os olhos do próprio afro descendente, deixando-o inquestionável sobre as questões raciais e sobre os preconceitos existentes em nosso país. (VALENTE, 1994, p.38).

De acordo com Guimarães (2002, p. 1), com a criação do conceito de “democracia racial” por Gilberto Freire, houve um impedimento da construção de uma consciência racial por parte do próprio negro, deixando-o assim incapaz de perceber sua própria situação na sociedade.

Para Valente (1994, p.50-56), os negros enfrentam ainda muitas dificuldades, obrigando-os assim a não ser apenas bom, mas ser o melhor em tudo o que faz; e isso

não faz parte de uma sociedade igualitária. As pessoas dificilmente aceitam a mistura de cores, embora esta seja uma demonstração da “democracia racial”.

Após a abolição, houve uma mudança na forma de como os negros, participantes de grupos e associações defendiam seus direitos e lutavam por um espaço na sociedade que os discriminava e ainda os discrimina (VALENTE, 1994, p. 62-63).

De acordo com Gonçalves (2000, p. 336), foi na cidade de São Paulo que o movimento passou a ter grandes dimensões. José Correia Leite era um dos líderes desses movimentos, e segundo ele, esses movimentos eram liderados por uma “minoridade preocupada em apontar os erros e as injustiças da tal abolição da escravatura”, afirmava também em sua obra que um grupo de negro com um nível melhor, deveria conscientizar e combater com a mesma arma do branco deveria ter, portanto cultura e instrução; coisa que poucos tinham e não buscavam adquirir (GONÇALVES, 2000, p. 337).

Entre os anos de 1904 e 1940, houve registros de várias associações de assistência em São Paulo, como “Flor de Maio”, em São Carlos; “José do Patrocínio”, em Rio Claro; “Luiz Gama”, em Jundiaí, entre outras. Essas entidades geralmente conservavam o nome de personagens abolicionistas ou datas significativas em relação a “liberdade” da raça negra. Seu principal objetivo era melhorar a autoimagem dos negros e promover a raça por meio da educação e instrução (GONÇALVES, 2000, p.337-338).

Segundo Gonçalves (2000, p.339), os negros deveriam aprender que tinham o mesmo problema, que era irmãos, a história era uma só, que não deveria ser “cada um por si”, eles deveriam se unir.

Entre as várias associações surgidas no período citado, destacou-se a *Frente Negra Brasileira*, fundada no ano de 1930 com o propósito de integrar o negro na estrutura de classes, assim, estimulava o trabalho, o estudo, a poupança para a compra da casa própria, entre outros valores, que segundo eles seriam conquistados por meio do estudo, pois este levaria o negro ao caminho da ascensão social.

Como forma de divulgação das idéias da Frente Negra, foi criado um jornal denominado *A Voz da Raça*, este por sua vez tornou-se um canal de expressão entre os

negros e no ano de 1936 a entidade foi transformada em Partido, passando a chamar-se *Partido da Frente Negra*.

De acordo com Valente, (1994, p.64) os vários grupos negros existentes na época enfrentaram sérios problemas de organização, e para unificar os vários grupos existentes que tinham como objetivo lutar contra o preconceito e a discriminação surgiu a MNU (Movimento Negro Unificado), criado na cidade de São Paulo em 1978 e que deu maior visibilidade à luta do negro pela igualdade racial, inclusive no ambiente escolar.

3. O negro no sistema educacional brasileiro

De acordo com Pinto (1993, p.28), o movimento negro pode ser considerado como um indicador de que a educação esteve sempre presente nas preocupações dos negros, que buscavam desenvolvê-la por meio das práticas que realizavam nas associações, para que pudessem ascender-se e conquistar um lugar na sociedade.

Segundo Gonçalves (2000, p. 327), alguns estudos relatam que ainda no período imperial existiram algumas iniciativas do governo que visavam à educação de crianças negras livres, mas que, no entanto, estas não se universalizaram, pois a maioria das poucas escolas existentes não receberam nenhuma criança dessa origem.

No final do século XIX, houve algumas medidas voltadas para a educação de adultos, a partir do Decreto de nº 7031 de 6 de setembro de 1878. No ano seguinte entrou em vigor o projeto educacional do Império, o qual instituía a obrigatoriedade do ensino à faixa etária de 7 a 14 anos e eliminou a proibição de escravos freqüentarem a escola pública. A inserção de escravos e homens negros livres nas escolas públicas não foi algo que se universalizou. Algumas queriam envolver os negros na causa abolicionista, outras ensinar-lhes a “moralidade e civilidade”, que afirmavam que os escravos não possuíam.

Muitos desses cursos permaneceram depois da abolição, a República não expandiu os direitos políticos após a sua proclamação, assim como não garantiu a educação para todos por muitas décadas. A situação dos negros tornava-se um quadro

cada vez mais agravante, pois após a assinatura da Lei Áurea foram abandonados à própria sorte (GONÇALVES, 2000, p. 327-328).

As lideranças negras, mesmo que iniciantes, começam a preocupar-se com os conteúdos escolares e com as relações raciais no ambiente escolar. Em alguns jornais produzidos na década de 1930 relatavam notícias de escolas que não aceitavam crianças negras, educadores que tratavam de maneira preconceituosa os alunos que freqüentavam e retratavam a participação do negro nos acontecimentos históricos.

Partindo de todo esse contexto de discriminação, que o negro passava, ele intensificou a busca pela afirmação de sua identidade, mostrando-se um negro participante, que teve uma contribuição para a formação e crescimento do país, um ser humano capaz de buscar por seus direitos dentro da sociedade em que vive (PINTO, 1993, p. 29).

O empenho do negro por seus ideais era cada vez mais crescente, durante as décadas de 1970 e 1980, o movimento se empenhou para que fosse integrada ao currículo uma disciplina denominada “estudos africanos”, vista como de grande importância para a formação da criança negra (PINTO, 1993, p. 29).

A partir desses movimentos, os negros começaram a valorizar sua origem, como uso de cabelos “afro”, incentivo dos jornais para nomearem crianças com nomes africanos, cultivavam as comidas típicas, pois estas começaram a ser servidas em ocasiões festivas, entre outros aspectos que começaram a ser valorizados por parte dos próprios afrodescendentes. Começam a valorizar os heróis negros como Zumbi, estabelecendo o dia 20 de novembro como uma data comemorativa, passando a dar menos importância à abolição comemorada no dia 13 de maio, data esta que por sua vez começou a ser encarada de uma maneira diferente: de promover uma reflexão aos negros sobre a sua trajetória. A partir da década de 1970 não foram feitas nos jornais homenagens aos participantes do processo abolicionista, sequer a outros participantes desse processo, a sociedade negra foi construindo um novo olhar sobre toda a sua trajetória (PINTO, 1993, p. 31-32).

Segundo Silva (2001, p.65), a educação é uma das áreas que mais esteve presente nos objetivos do Movimento Negro, e partir do início da década de 1980, buscam-se

abordar dois temas que fazem parte do contexto escolar e contribuem muito para a formação dos alunos: o livro didático e o currículo escolar.

Os livros didáticos, talvez o recurso mais utilizado nas escolas, afetam crianças e adolescentes negros e brancos, por intermédio dos conteúdos abordados, transmitindo imagens negativas e inferiorizadas dos negros, limitando os conteúdos que tratam sobre a diversidade étnico-racial e cultural. Transmitindo uma imagem de que o branco é superior as outras etnias. Nos currículos percebemos a ausência de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à história dos africanos ante a escravidão.

O problema da discriminação no ambiente escolar e da falta de trabalho que envolva a cultura afro-brasileira se dá também por meio da falta de formação dos professores para trabalharem sobre o assunto (SILVA, 2001, p.66).

Conforme Pinto (1993, p.36), as propostas do movimento negro para a educação, tem como foco reforçar a identidade da criança negra, para que ela reconheça suas raízes e a influência africana no Brasil.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD, realizada pelo IBGE no ano de 2005 (*apud* SILVA, 2001, p. 68) demonstram que as pessoas negras possuem um número mais baixo de anos de estudo do que pessoas brancas, pois são 4,2% de negros e 6,2% dos brancos. Se analisarmos a faixa etária que vai de 14 a 15 anos, o número de negros não alfabetizados é cerca de 12% maior do que de pessoas brancas. A pesquisa realizada nos mostra ainda que crianças de 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, sendo que 15% são brancas e 40,5% são negras.

É preciso ressaltar que a democratização do ensino permitiu que o negro fosse para a escola, não fosse barrado na porta, proibido de entrar, mas essa democratização não fez com que ele deixasse de ser discriminado ou sequer melhorasse sua situação econômica. E como agravante, devemos levar em consideração que a população negra encontra-se em meio à extrema pobreza, cuja preocupação é com a sua sobrevivência (PINTO, 1993, p. 36).

Para Rosemberg (1998, p.79), os negros enfrentam grandes dificuldades tanto de acesso como permanência escolar; freqüentam escolas de pior qualidade, seu índice de reprovação e atraso escolar são mais altos do que entre os brancos.

Os negros enfrentam muitas barreiras no sistema escolar, pois há diferenças socioeconômicas entre as classes, as famílias negras já possuem um histórico de pobreza, as crianças vão cedo para o mercado de trabalho, geralmente a escola que os alunos negros freqüentam nem sempre são as mesmas freqüentadas pelos brancos, pois, respectivamente a primeira muitas vezes oferece menores jornadas, os professores mudam bastante, já a realidade do alunado branco possui mais recursos, qualidade de ensino melhor, enfim mais chances de sucesso (Rosemberg, 1998, p. 80-81).

De acordo com Gomes (2001, p.84-86), sabemos que a educação é um direito social; há alguns anos estudos nos mostram que o acesso e a permanência na escola variam de acordo com a raça/ etnia da população.

O processo educacional de negros e brancos apresenta-se acidentado, sendo assim, é de extrema importância repensar a estrutura, o currículo, os tempos e os espaços escolares. A escola com sua estrutura rígida não está preparada para receber a população negra e pobre do país, é impossível negarmos como a escola exclui.

A escola [...] desconhece e desconsidera essa realidade [...] o pensamento de que a luta por uma escola democrática é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todos/as. Essa crença é um grande equívoco. Em alguns momentos, as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias (GOMES, 2001, p.86).

O fato de todos sermos diferentes é o que nos torna mais próximos uns dos outros, a prática pedagógica, portanto, deveria considerar todos os tipos de diversidade (classe, sexo, idade, raça, cultura, etc.), e a partir dessa realidade deveria repensar o seu currículo, para que sejam realizadas práticas democráticas que não envolvam o preconceito, que possa reconhecer e incluir as diferenças raciais. Se forem adotados todos esses aspectos estaremos educando para a cidadania (GOMES, 2001, p. 87).

Na visão de Gomes, (2001, p.87-89), a escola valoriza um padrão de professores e alunos, uma realidade que nos leva a perceber que se enquadram nesse padrão, o modelo branco, masculino, heterossexual e jovem. Para garantir, portanto que uma escola seja igual para todos e respeite as diversidades e particularidades do povo negro, não dependemos somente das leis para que isso ocorra, uma escola para todos exige um

processo complexo, conflituoso, contraditório e principalmente que sejam reconhecidos os direitos sociais e raciais de cada um.

[...] a escola ainda está assentada numa ideologia racial que faz do predicado branco, da brancura, o “sujeito universal” e do sujeito branco um predicado contingente e particular. Essa brancura ainda está muito arraigada no pensamento pedagógico e na prática escolar. O ideal da brancura tão incrustado em nossa história torna-se uma abstração e é reificado e colocado na condição de realidade autônoma, independente. [...] o padrão branco torna-se sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, a ideia da razão. A paz, o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos. A violência, a feiúra, a injustiça, as contendas são negras. Ao branco atribui-se a cultura confundida como ilustração. Ao negro atribui-se a cultura confundida como exotismo e/ou primitividade (GOMES, 2001, p.92-93).

A educação escolar trata a questão racial como um “problema do negro”, e nega-se a integrá-la nas reflexões sobre a nossa sociedade, sendo assim, a partir desse quadro tão complexo que vivenciamos, percebemos que escolas e educadores não estão comprometidos com a construção de uma escola democrática sequer com educação cidadã (GOMES, 2001, p.93).

Segundo Lima (2004, p.84), foi construída uma lei para que pudesse fazer valer um conteúdo fundamental na história da nossa sociedade brasileira, esta por sua vez será analisada no próximo tópico, analisando-a para verificar se esta surtiu efeito dentro de nossa sociedade.

4. A lei 10.639/03: limites e possibilidades

Em nove de janeiro do ano de 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio (LIMA, 2004, p. 84), ao alterar a redação do artigo 26 da Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no artigo 26. Por meio da nova lei foi incluído o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. Dessa forma, a partir de 2003 a LDB passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Antigos historiadores não deram importância à participação africana na construção da nossa sociedade, foram influenciados pelos preconceitos da sociedade escravista. Sobre esse ponto de vista, consideravam a África apenas o lugar onde iam buscar escravos, e quanto aos negros eram apenas escravos que trabalhavam muito nas lavouras ou nos serviços domésticos, tidos como vítimas da exploração ou fugiam para os seus quilombos.

Estudos recentes são capazes de mudar essa visão, mas antes de tudo é necessário saber levar essa nova visão para a sala de aula. Antes de qualquer coisa é preciso olhar para a nossa história e descobrir quem somos, conhecer a história, deixar o olhar preconceituoso de lado para que então seja realizado um bom trabalho nas escolas para que os alunos tenham a possibilidade de conhecer mais sobre seus antepassados (LIMA, 2004, p. 84-85).

Além disso, outra preocupação que merece registro é a preocupação de que essa mudança de visão em relação à temática africana não seja algo passageiro, de efeito efêmero, pois conforme registrou Felinto (2010) “muitos educadores tratam as leis que incluem a história afro-brasileira no currículo como modismo. Em função disso, quase nada mudou (*apud* CARDOSO, 2010, p. 26).

Segundo Cardoso (2010, p. 29), no Brasil, o preconceito é mais oculto, mas suas feridas começam cedo, já na primeira infância, a criança é colocada em um mundo onde

a literatura, os contos de fadas só possuem personagens brancos, não existem princesas e heróis negros. Muitas atividades podem ser desenvolvidas em sala de aula em relação à nova lei, no ensino fundamental, pode-se trabalhar por exemplo com lendas, contos, cantigas, brincadeiras sobre a cultura africana. No ensino médio é possível situar o surgimento do racismo, realizar debates sobre o assunto com os alunos, destacar os aspectos sociais como citado pela autora, “nossa pobreza tem cor, nossa exclusão tem cor” (LIMA, 2004, p. 86).

Mas, como podemos perceber, de acordo com Cardoso (2010, p. 31) a lei pode ser obrigatória, podemos inserir nos currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, mas não há cursos para formar e preparar professores para que possam trabalhar sobre o assunto em sala de aula (CARDOSO, 2010, p. 31).

É uma necessidade defendida também por Santos (2001, p.112), para quem os educadores precisam receber uma formação para que seja incluída a temática da diversidade racial em suas práticas e no currículo de maneira correta. O maior desafio que eles estão encontrando é o “como” trabalhar essa teoria e prática de forma que valorizem as diferenças culturais e raciais.

Sabemos que algumas medidas já foram tomadas, como a aprovação dos PCNs, pelo MEC, especialmente o de tema transversal “pluralidade cultural”, que vem nos mostrar alguns caminhos que podem ser pensados e colocados em prática no cotidiano escolar, mas este, porém não pode garantir “sua implementação até mesmo pelo seu caráter de parâmetro e pela falta de assessoria para se pensar o cotidiano escolar” (SANTOS, 2001, p.112).

5. Considerações finais

O reconhecimento das raízes e a valorização da identidade do afro-descendente é um processo gradativo, que acontecerá no momento em que a escola não apenas inserir o que é solicitado pela lei nº 10.639/03 em seu currículo, mas realizar um trabalho para não excluir o aluno negro e pobre. Compete à instituição escolar estruturar o seu currículo de forma que ele contribua de maneira positiva com o

processo de aceitação da diversidade, incentivando seus professores para que estejam envolvidos e comprometidos com a realidade específica de cada unidade escolar. Valorizar a cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento da criança, para que esta, independente de sua origem étnica, não construa uma visão equivocada sobre a sociedade na qual está inserida, na qual a classificação de acordo com a cor da pele que tradicionalmente esteve presente dentro e fora do espaço escolar seja superada. É preciso que existam na escola diferentes abordagens sobre o processo histórico que marcou a formação social e cultural do país, na qual a diversidade sempre se fez presente. Ter consciência que somos o resultado de uma miscigenação, na qual todos contribuíram para a construção do país, não somos apenas “raças” superiores e inferiores, mesmo porque esse termo não é capaz de nos dizer quem é o melhor ou o pior, sequer explicar por si só a importância dos negros dentro do contexto histórico. Somos de etnias diferentes, todos aptos e capazes de estudar, trabalhar e constituir a sociedade.

Lutamos por um lugar ao sol, pelo direito à igualdade de tratamento e de uma vida social igualitária, por isso, o negro ainda nos dias atuais se encontra em situação inferior ao branco. A lei nº 10.639/03 foi aprovada, mas não podemos dizer que ela faz a diferença dentro do ambiente escolar, pois falta à escola a iniciativa de incluir o diferente e aos educadores uma formação para desenvolver esse trabalho, pois eles não estão totalmente preparados para trabalhar de maneira correta com a diversidade racial, correndo o risco de mais uma vez contribuir para a manutenção da exclusão já existente e não uma valorização do multiculturalismo que caracteriza nosso país, em especial a cultura de origem africana, em consonância com o que foi abordado.

Referências

BRASIL. *Lei n.3353*, de 13 de maio de 1888, que declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm>. Acesso em: 3 out. 2011.

_____. *Lei n. 10639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-

Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 3 out. 2011.

CARDOSO, R. Luta por Legitimação: Quase sete anos depois da edição da lei que torna obrigatórios os conteúdos de história e cultura africanas e afro-brasileiras, os negros continuam lutando pelo reconhecimento de suas contribuições culturais e por aceitação no espaço escolar. *Revista Educação*, São Paulo, ano 13, n. 155, p. 26-38, mar. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: ELIANE, C. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, cap. 4, p. 83-96.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Democracia Racial*. São Paulo, 2002, p. 1-22. Disponível em <www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia%20racial.pdf> Acesso em 23 out. 2011

LIMA, M. A África na sala de aula: Obrigatoriedade de ensinar história e cultura africanas é o novo desafio dos professores brasileiros. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 84-87, fev. 2004.

MATTOSO, Kátia M. Queiróz. *Ser Escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1986.

PINTO, Regina Pahim. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86, p. 25-38, ago. 1993.

ROSEMBERG, Fulvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. 7 ed. São Paulo: Summus, 1998, cap. 4, p. 73-91.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: ELIANE, C. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, cap. 5, p. 97-113.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Global Editora, 2006.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: ELIANE, C. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, cap. 3, p. 65-82

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 58-75, 2014.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Ser negro no Brasil hoje*. 11. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994.